

CONTRATO DE EMPREITADA

REMODELAÇÃO DE RESTAURANTE E FACHADA RÉ-S-DO-CHÃO – Ordem dos Engenheiros, Região

Norte

Processo nº OENorte CP 1/2015

VALOR 189.837,68 euros

Entre:

ORDEM DOS ENGENHEIROS - REGIÃO NORTE, (doravante designada como PRIMEIRA OUTORGANTE), Associação Pública com sede regional Norte na Rua Rodrigues Sampaio, 123, Porto, Pessoa Coletiva Pública com o número 500839166, representada neste ato pelo Presidente do Conselho Diretivo, Fernando Manuel de Almeida Santos, com o Cartão de Cidadão número 8060325, válido até 27 de Maio de 2015 e Contribuinte Fiscal número 200385327, mandatado para o efeito pelo Conselho Diretivo da Região Norte na sua reunião ordinária de 14 de Janeiro de 2015.

e

Costeira – Engenharia e Construção, SA (doravante designada como SEGUNDA OUTORGANTE), com sede na Rua da Veiga nº 9, Barreiro, freguesia de Adaúfe 4710-572 Braga pessoa coletiva nº 500505292 representada neste ato por Domingos Vieira Costeira, titular do cartão de cidadão número 7289186 residente na Travessa do Montinho nº 204, Costa – Guimarães.

O presente contrato é celebrado na sequência do procedimento de Concurso Público desencadeado pela PRIMEIRA OUTORGANTE, na sua qualidade de organismo da administração pública autónoma, por deliberação do Conselho Diretivo da PRIMEIRA OUTORGANTE na sua reunião ordinária de 14 de Janeiro de 2015, no uso da competência que lhe é conferida pelo Estatuto da Ordem dos Engenheiros (aprovado pelo Decreto-Lei número 119/92, de 30 de Junho), com vista à execução da **empreitada de “REMODELAÇÃO DE RESTAURANTE E FACHADA RÉ-S-DO-CHÃO – Ordem dos Engenheiros, Região Norte”, Processo nº OENorte CP 01/2015**.

Este contrato ficará sujeito às regras gerais dos contratos públicos e às seguintes cláusulas:



Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada de “Remodelação do Restaurante e Fachada do Rés-Do-Chão” a realizar nas condições constantes dos documentos a seguir referidos, os quais se encontram arquivados no procedimento de concurso público registado com o número OENorte CP 1/2015, que foram disponibilizados aos concorrentes, documentos que fazem parte integrante do presente contrato para todos os devidos e legais efeitos, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (doravante designado por CCP):

1 – Caderno de Encargos, integrado pelos seguintes elementos:

- i) Mapa de quantidades de trabalho a realizar, de harmonia com o previsto no n.º 4, do artigo 43º do CCP;
- ii) Projeto de Execução.

2 – Proposta da SEGUNDA OUTORGANTE, composta pelos elementos referidos na declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, apresentada pela sociedade adjudicatária, da qual se anexa cópia ao presente contrato e dele fica a fazer parte integrante, para todos os devidos e legais efeitos (anexo I).

Cláusula 2.ª

Preço contratual

1 – O preço a pagar pela PRIMEIRA OUTORGANTE, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto da presente empreitada é de 189.837,68 euros (cento e oitenta e nove mil oitocentos e trinta e sete euros e sessenta e oito cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor à data da faturação.

2 – No preço contratual, está incluída, se ocorrer qualquer prorrogação contratualmente prevista, expressa ou tácita, do respetivo prazo de execução da empreitada, a execução de prestações objeto do contrato, nomeadamente, no que se refere aos trabalhos preparatórios ou acessórios à execução da obra, tal como definidos no artigo 350º do CCP, desde que os factos fundadores da prorrogação, expressa ou tácita, resultem da execução de trabalhos a mais para suprimimento de eventuais erros e omissões do projeto da responsabilidade do dono da obra, até ao limite legalmente previsto, ou de factos imputáveis à SEGUNDA OUTORGANTE.



Cláusula 3.ª

Prazo de execução

O prazo de execução da obra é de 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura do Auto Consignação.

Cláusula 4.ª

Pagamentos

1 - Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve o dono da obra pagar à SEGUNDA OUTORGANTE a quantia que consta da proposta, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

2 - Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 19.ª do Caderno de Encargos do presente procedimento.

3 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias nos termos do artigo 299.º, n.º 2, do CCP após a apresentação da respetiva fatura.

4 - As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.

5 - Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.

6 - No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e a SEGUNDA OUTORGANTE quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura à SEGUNDA OUTORGANTE, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

7 - O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

Cláusula 5.ª

Caução

1. - A SEGUNDA OUTORGANTE garantirá, por caução, o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração deste contrato e eventuais contratos adicionais.

2. - A PRIMEIRA OUTORGANTE poderá recorrer à caução independentemente de decisão judicial, nos casos em que a SEGUNDA OUTORGANTE não pague, nem conteste no prazo legal, as multas

contratuais aplicadas, ou não cumpra as obrigações legais ou contratuais líquidas e certas.

3. - O valor da caução é de 5% do preço total do contrato e será prestada através de garantia bancária.

4. - Todas as despesas respeitantes à prestação da caução serão da responsabilidade da SEGUNDA OUTORGANTE.

Cláusula 6.ª

Descontos nos pagamentos

1 - Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que a SEGUNDA OUTORGANTE tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos **é deduzido o montante correspondente a 5 % desse pagamento**, nos termos do artigo 353.º, n.º 1, do CCP.

2 - O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

Cláusula 7.ª

Revisão de preços

1 – Os estudos da revisão dos preços serão elaborados pela SEGUNDA OUTORGANTE e apresentados à PRIMEIRA OUTORGANTE, para aprovação.

2 – A modalidade de revisão de preços desta empreitada é a prevista na legislação em vigor, utilizando fórmula de revisão de preços adequada à empreitada.

Cláusula 8.ª

Prazo de garantia da obra

O prazo de garantia da obra, para a eventuais defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas, é de cinco anos tendo início na data da assinatura do auto de receção provisório.

Cláusula 9.ª

Trabalhos a mais

1 – Trabalhos a mais que eventualmente venham a ser executados no âmbito da empreitada objeto deste contrato, ou outros adicionais, serão formalizados mediante comunicação escrita a averbar ao presente contrato, não podendo proceder-se ao respetivo pagamento antes da formalização acima referida.



2 – Aquando da formalização de qualquer execução de trabalhos a mais, que implique um acréscimo de preço contratual, será exigida caução, por qualquer uma das formas legalmente previstas, correspondendo a 5% desse acréscimo.

Cláusula 10.ª

Cessão da posição contratual

1 – A SEGUNDA OUTORGANTE não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização formalizada por escrito pela PRIMEIRA OUTORGANTE.

2 – A eventual cessão da posição contratual rege-se pelo disposto no CCP.

Cláusula 11.ª

Subempreitadas

Na eventualidade da SEGUNDA OUTORGANTE celebrar subcontratos para execução do objeto do presente contrato, nos termos e limites legalmente previstos, deve, no prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito à PRIMEIRA OUTORGANTE, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

Cláusula 12.ª

Disposições por que se rege a empreitada

1 – A execução da empreitada objeto do presente contrato obedece:

- a) Ao clausulado do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante, referidos na cláusula primeira;
- b) Ao previsto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro;
- c) Ao previsto no Decreto-Lei número 273/2003, de 29 de Outubro e respetiva legislação complementar;
- d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho, à gestão de resíduos de construção e demolição e à responsabilidade civil perante terceiros;
- e) Às regras da arte.

2 – Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 96.º do CCP, fica expressamente a constar do presente contrato que não houve esclarecimentos ou retificações ao caderno de encargos, não houve igualmente esclarecimentos sobre a proposta adjudicada.

Cláusula 13.ª

Disposições finais

- 1 – Os pagamentos ao abrigo do presente contrato, serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para processamento das despesas públicas, nomeadamente a publicação prevista no artigo 127.º do CCP, e a verificação de que a SEGUNDA OUTORGANTE tem a sua situação, tributária e contributivas, regularizada.
- 2 – No âmbito do presente contrato, a decisão de contratar, foi deliberada pelo Conselho Diretivo da Região-Norte na sua reunião ordinária realizada em 14-01-2015, no uso da competência que lhe é conferida pelo Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei número 199/92, de 30 de Junho.
- 3 – O presente contrato foi precedido do procedimento de Concurso público ao abrigo do disposto no artigo 19.º alínea a), do CCP.
- 4 – A decisão de adjudicação foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo da Região Norte da Ordem dos Engenheiros em reunião ordinária realizada no dia 23-02-2015
- 5 – A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação do Conselho Diretivo da Região Norte da Ordem dos Engenheiros em reunião ordinária realizada no dia 23-02-2015.
- 6 – A celebração do presente contrato foi autorizada pela mesma deliberação mencionada no número anterior.
- 7 – O encargo total, com exclusão do IVA, resultante do presente contrato é de 189.837,68 euros (cento e oitenta e nove mil oitocentos e trinta e sete euros e sessenta e oito cêntimos).

Cláusula 14.ª

Comunicações

- 1 – As comunicações entre os outorgantes no âmbito da execução do presente contrato serão efetuadas por documento escrito redigido em português, remetidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção, para os endereços a seguir referidos, salvo quando qualquer das partes notifique previamente a outra, pela mesma forma, para fazê-lo para novo endereço.

- PRIMEIRA OUTORGANTE:
Morada: Rua Rodrigues Sampaio, n.º 123 4000-425 Porto
Telefone: 22 2071300
Fax: 22 2002876
E-mail: apoio.direccao@oern.pt
- SEGUNDA OUTORGANTE

Morada: Rua da Veiga n.º 9 Barreira – Adaúfe 4710-572 Braga

Telefone: 253 603530

Fax: 253 675212

E-mail: geral@costeira.pt

2 – A validade das comunicações efetuadas por correio eletrónico fica dependente do envio de recibo de leitura pelo recetor da comunicação, devendo a parte que a enviar solicitar esse recibo no texto da própria comunicação.

Cláusula 15.ª

Documentos de habilitação

1 – A SEGUNDA OUTORGANTE tem poderes suficientes para a prática deste ato, conforme resulta da "Certidão Permanente" da identificada sociedade, com o código de acesso 6885-1451-2070.

2 – A SEGUNDA OUTORGANTE é titular do alvará de construção número 579, válido até 31-01-2016, que contém autorizações suficientes para a realização dos trabalhos incluídos na presente empreitada.

3 – A SEGUNDA OUTORGANTE tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço da Segurança Social Direta, em 05-01-2015, válida por 4 meses, desde a data de emissão.

4 – A SEGUNDA OUTORGANTE tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida na data de 16-01-2015 pelo Serviço de Finanças de Braga 1.

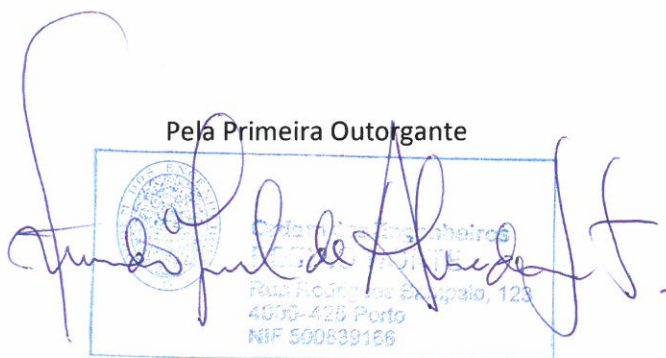
5 – Nada consta do Certificado de Registo Criminal dos gerentes da SEGUNDA OUTORGANTE, conforme certificados emitidos pela Direcção-Geral da Administração da Justiça em 23-02-2015.

6 – A SEGUNDA OUTORGANTE apresentou em 20-03-2015 na Ordem dos Engenheiros – Região Norte, a declaração emitida conforme Modelo Declaração de "aceitação de conteúdo de Caderno de Encargos" segundo modelo constante do anexo I ao CCP.

O presente contrato foi lido em voz alta na presença simultânea dos outorgantes que declararam conhecer o conteúdo dos documentos referidos na cláusula primeira, cuja leitura foi dispensada.

Porto, 01 de Abril de 2015

Pela Primeira Outorgante



Pela Segunda Outorgante

